



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 11 de Setembro de 2019

Custo do Fies agora é preocupação de escolas

Por Cristiano Romero

A oferta de crédito educativo a estudantes de baixa renda é prática comum em muitos países. No Brasil, as universidades federais e as estaduais, que não cobram mensalidade, não têm como atender a demanda por ensino superior. Em 2015, o número de federais representava 14,5% do total das instituições que oferecem curso superior.

Não há dúvida de que as instituições privadas têm um papel a cumprir. Outro fato incontestável é que existe uma falha de mercado no financiamento estudantil. O acesso ao crédito privado é caro e difícil porque estudantes carentes não possuem garantias a oferecer aos bancos, que por essa e outras razões cobram juros altíssimos, inviabilizando a tomada de empréstimos. A bem da verdade, juro alto é um problema no Brasil justamente para quem necessita de crédito - estudantes carentes, pequenos empresários, trabalhadores de baixa renda.

Nos tempos de inflação crônica, o governo federal disponibilizava crédito educativo por meio da Caixa Econômica Federal. A União pagava as mensalidades e, uma vez formados, os estudantes recebiam carnê com prazo bem dilatado para honrar o crédito recebido. Como os valores não eram corrigidos pela inflação e esta chegou ao alcançar quatro dígitos na primeira metade da

década de 1990, as prestações viravam pó rapidamente, facilitando a vida dos ex-estudantes.

Setor apresenta proposta ao governo para reduzir perdas

Outras formas de crédito foram criadas depois e a que prevaleceu, antes do modelo adotado pelo governo Dilma Rousseff, exigia dos alunos fiança para garantir o crédito. Em 1999, o então presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que manteve, até 2010, volume estável de contratos - entre 30 mil e 80 mil por ano.

Em 2012, as condições de acesso ao Fies foram alteradas para estimular a concessão de bolsas de estudo a qualquer custo. Os incentivos para que isso se materializasse foram os piores possíveis, do ponto de vista tanto pedagógico quanto da responsabilidade fiscal. Para que um estudante tivesse direito ao Fies bastava procurar uma faculdade particular. O risco de inadimplência era todo assumido pelo Tesouro. Não havia, também, limitação orçamentária, porque o programa era financiado por meio de emissão de títulos públicos. As faculdades particulares informavam ao governo quantos estudantes admitiram via Fies e a "Viúva" se endividava no

mercado para honrar a conta.

A lei dos incentivos é infalível. Um estudo de 2017 feito pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do então Ministério da Fazenda, intitulado "Diagnóstico Fies", mostrou que, de 2009 a 2015, o número de instituições de ensino superior públicas saltou de 245 para 295, uma alta de 20%. O volume de matrículas cresceu de 1,4 milhão para 1,8 milhão, aumento, portanto, de 35%. No mesmo período, o número de estudantes matriculados com recursos do Fies pulou de 182 mil para 1,9 milhão, mesma quantidade de alunos das federais e avanço médio anual de 280 mil.

A inadimplência do Fies, como era de se esperar, foi aos píncaros - em 2015, 52% das mensalidades não eram pagas; hoje, as perdas do Tesouro situam-se na faixa entre 50% e 60%. Em 2015, o governo adotou critérios mais rígidos de seleção dos estudantes, como nota mínima no Enem e exigência de qualidade mínima dos cursos.

Relatório oficial do Tesouro revela que, apesar das melhorias, o risco de inadimplência continuou bastante concentrado no governo federal, devido à ampliação dos contratos que usavam o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), "sem a devida contribuição [para esse Fundo] por parte das Instituições de Ensino





Superior (IES) e com incentivos adversos". Resultado: o custo Fies continuou alto e, apenas em 2016, a despesa superou a impressionante soma de R\$ 32 bilhões. Tem mais, informa o Tesouro: a União tem uma despesa anual em torno de R\$ 1 bilhão com a taxa de administração dos contratos.

Enquanto a inadimplência do Fies promovia rombos nos cofres públicos, acionistas das escolas privadas de ensino superior, entre eles grandes fundos estrangeiros de participações acionárias ("private equity", na expressão em inglês) se refestelavam de tanto ganhar dinheiro fácil. O modelo forjou a criação de grandes conglomerados educacionais. O governo Temer reformulou o programa, a festa não acabou, mas as escolas perderam valor no mercado.

A Abraes, entidade que representa o setor, contratou a McKinsey para fazer um estudo do Fies. A partir do trabalho, elaborou

propostas para reduzir as perdas provocadas pelo programa. No Fies reformado pelo governo Dilma em 2015, a distribuição das perdas estava assim, considerando custo de R\$ 22,6 mil por aluno: 9,2% do total para as instituições de ensino, dentro do Fgeduc; 43,8% para o governo; 35,8% por conta do subsídio implícito; e 11,5% do total de taxa de administração.

No novo Fies, o custo total do programa para o governo recuou para R\$ 12,8 mil por aluno, assim distribuído: a perda absorvida pelas faculdades aumentou para R\$ 4,4 mil (34,3% do total); a conta do governo federal recuou para R\$ 500 (0,4%); o subsídio foi reduzido para R\$ 5,3 mil (41,4%); e a taxa de administração elevou-se para R\$ 2,7 mil (21%).

A Abraes apresentou ao governo propostas para reduzir a inadimplência do Fies, que continua alta. Entre as sugestões, constam: desconto da mensalidade na folha de

pagamento dos ex-alunos; maior responsabilidade de cada IES sobre a inadimplência de seus egressos; aceleração de pagamento para egressos com grandes ganhos salariais; pagamento único durante o curso, feito diretamente ao banco; ajuste no valor das parcelas, com valores nominais mais baixos no começo; reajuste no contrato com bancos para incentivar a recuperação de dívidas; utilização de funding público e juros subsidiados de 6,5% ao ano; valores pagos pelo aluno durante o curso unificados em um pagamento único feito diretamente ao banco; durante o curso, a porcentagem paga pelo aluno do valor total do curso variando de acordo com a renda familiar per capita.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E - m a i l :
cristiano.romero@valor.com.br

Bolsa de estudo é emprego sem direitos

Por Rosângela Bittar

O governo Bolsonaro está deixando passar despercebidas da sociedade as maiores distorções que existem hoje no sistema educacional brasileiro e na estrutura governamental das atividades de ciência e tecnologia. Joga tudo para debaixo do tapete dos cortes de verbas como se isso fosse resolver os problemas. Ao contrário, cortar nessas áreas é retrocesso certo, a décadas atrás.

Ignora-se tudo nesse campo, inclusive a forma como essas questões estão misturadas, uma influenciando no desenvolvimento da outra e todas elas absolutamente misturadas às melhores soluções para os problemas econômicos do Brasil. Que o governo pretende resolver com os cortes e assim fechar o círculo vicioso que baixa o astral de professores, estudantes, pesquisadores, cientistas.

O orçamento da Capes (coordenação para o aperfeiçoamento de pessoal do nível superior), do Ministério da Educação, terá um corte de 50% para o ano que vem, inviabilizando os programas que desenvolve pois não há adaptação possível de um orçamento de R\$ 4,3 bi, já insuficiente, para R\$ 2 bi a menos, e. No mesmo caso está o CNPq, do Ministério da Ciência e Tecnologia, agência de fomento que desenvolve poucos e bons projetos, com um corte estimado em 87% nas

suas verbas deste ano.

O governo ignora tudo em educação, C&T, inovação...

Os números estão ainda imprecisos, não houve explicações de programa a programa, e a punição desses setores com o corte de verbas se confunde muito com o discurso ideológico punitivo do governo.

O assunto não merece dos ministros de Bolsonaro a atenção que merece, por sua importância e complexidade. Para as autoridades, essas palavras são rubricas orçamentárias impessoais e o corte indolor.

Uma das mais graves distorções desconsideradas pelo governo no sistema é o cruzamento dos problemas, a redução das bolsas de estudo com o aumento das altas taxas de desemprego, sobretudo dos formados mais recentemente. O governo Bolsonaro não está discutindo o corte das bolsas de estudo no contexto do emprego, mas simplesmente como uma redução de um benefício, como se fosse uma concessão privilegiada aos mais privilegiados.

Nos últimos anos, sem sombra de dúvidas, este é o governo mais fraco na gestão da educação e da ciência e tecnologia, em planos, programas

e declarações aleatórios e muitas vezes absurdos. Quando não apenas ideológicos ou apenas repetições enfadonhas destinadas a fazer eco ao humor beligerante do chefe.

Os cortes são instrumentos administrativos importantes, embora não se saiba até agora exatamente sua extensão. Mas a falta de critérios e de conhecimento do que se passa nos setores a serem podados anula a intenção salvacionista que podem representar.

E, da maneira como estão anunciados hoje, são repetição de métodos e conceitos do passado. Nos anos 70, quando também não havia dinheiro, já se dizia que as instituições deveriam buscar complementar seu orçamento com a participação das forças econômicas da comunidade. Mas o governo não lavava tanto as mãos, como faz agora.

São muitos os agravantes. O Brasil está com um problema descomunal de desemprego, em todos os níveis de instrução e estratos sociais. O Ministério da Educação jamais pensou e discutiu o fato de que os recém formados têm, nas bolsas de pós graduação, uma válvula de escape ao desemprego.

O graduado foge para o mestrado, daí vai ao doutorado e, quando o conclui, ainda sem emprego, começa um pós-





doutorado, o chamado pós-doc que se expande nas mais diferentes áreas do conhecimento. Uma tentativa de ganhar tempo até que apareça trabalho, sem fundo de garantia, férias ou demais benefícios. Cortar bolsas de estudo é cortar emprego.

Problema que passa longe das divagações dos ministros deste governo.

Uma segunda grave distorção que o governo ignora nas suas discussões é a tentativa de procurar solução para o problema através da fusão da Capes com o CNPq, ou da incorporação de um ministério pelo outro, como se fossem órgãos que fazem a mesma coisa.

Com a experiência de já ter transitado da direção geral da Capes para a diretoria do CNPq, e ter liderado a implantação do mais importante instrumento de desenvolvimento da Ciência, o PADCT (o plano anual), o professor Hélio Barros foi um dos que já marcaram essa diferença, mostrando a inadequação da fusão, a partir da razão de que tudo é a mesma coisa. "Bolsa, tudo bem, é um mecanismo que existe em diferentes órgãos governamentais e privados; mas a

fusão de Capes e CNPq é como se considerássemos duas religiões iguais só porque são religiões. Capes e CNPq têm diferentes objetivos, atribuições, estruturas, funcionamento, são absolutamente diferentes".

Enquanto o CNPq tem como objetivo fortalecer a pesquisa, o pesquisador, o outro sistema procura fortalecer as instituições, afirma o professor. Esse é outro velho cacoete dos anos 70, de querer fundir educação, cultura, ciência e tecnologia.

Nos governos Lula foram criadas algumas distorções que se aprofundam com as intenções das autoridades de agora. Por exemplo: ao expandir os programas de bolsas de estudo, o governo, que se considerava de esquerda, transformou-se no mais privatista dos governos na área da Educação, fortalecendo a rede privada com o Fies, o Proni e outros benefícios que transformaram as universidades particulares em grandes conglomerados com ações em bolsa. O movimento, por outro lado, enfraqueceu as universidades públicas, até então os principais centros de difusão do conhecimento,

da pesquisa pura e aplicadas.

É um desastre que haja cortes e ideia de fundir Educação e C&T, sem olhar para os problemas mais complexos. Juntar MEC e Ciência e Tecnologia, além de ser uma discussão do passado, que já se provou ineficiente, pode enterrar ainda mais a Ciência. As empresas começaram a reagir, enquanto o governo buscava consolidar a base científica que se encontrava nas instituições de educação ou de pesquisa.

Como muitos outros avanços, as mudanças atingiram a sociedade e ainda não chegaram ao governo. Há, do lado da indústria e das empresas, a consciência de que a ciência deve produzir para servir à produção do país. Enquanto isso o governo ideologiza tudo e abraça as soluções fáceis. A tesoura é uma delas; a falta de debate é outra.

Rosângela Bittar é chefe da Redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras

E - m a i l :
rosangela.bittar@valor.com.br

Justiça de SP determina devolução de apostilas

Material recolhido por ordem do governador João Doria tratava de questões de identidade de gênero; segundo decisão, retirada de livros provocaria prejuízo aos cofres públicos. Para professores, proibição foi ‘censura’

ELISA MARTINS
elisa.martins@oglobo.com.br
SÃO PAULO

A Justiça de São Paulo determinou ontem que as apostilas recolhidas na semana passada na rede pública de ensino por ordem do governador João Doria (PSDB) sejam devolvidas aos estudantes no prazo de até 48 horas. A decisão foi anunciada poucas horas depois que um grupo de professores de universidades públicas no estado entrou com uma ação popular que pedia a anulação do recolhimento, considerado pelos docentes de “censura”. Os livros de exercícios do 8º ano do ensino fundamental tratavam

de questões de identidade de gênero com textos sobre a liberdade de decidir ser homem ou mulher. No material, “identidade de gênero refere-se a algo que não é dado e, sim, construído por cada indivíduo a partir dos elementos fornecidos por sua cultura: o fato de alguém se sentir masculino e/ou feminino. Isso

quer dizer que não há um elo imediato e inescapável entre os cromossomos, o órgão genital, o aparelho reprodutor, os hormônios, enfim o corpo biológico em sua totalidade, e o sentimento que apessoa possui de ser homem ou mulher” O governo ainda não decidiu se vai recorrer.

Na decisão, em caráter liminar, a juíza Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro justifica que “não há dúvidas que a retirada do material suprimiria conteúdo de apoio de todo o bimestre de diversas áreas”, com “concreto prejuízo Salomão Ximenes, professor da Universidade Federal do ABC ao aprendizado”. Cita, ainda, “lesão ao patrimônio público e ao Erário”, uma vez que as apostilas foram distribuídas “a todos os alunos da rede pública (cerca de 330 mil apostilas), com evidente custo aos cofres estaduais”.

Ainda segundo a magistrada, “a ausência de publicação de ato administrativo fundamentado acerca do recolhimento do material gera nulidade insanável”. O governo está sujeito a pena de multa “a ser fixada em caso de descumprimento da ordem”. Ainda cabe recurso.

Na semana passada, a Secretaria estadual de Educação recolheu livros de exercícios do 8º ano do ensino fundamental alegando que traziam “conteúdo impróprio” para jovens de

13 e 14 anos.

— É lamentável assistir a uma instrumentalização de duas agendas importantes para o Brasil, a de proteção à igualdade das pessoas e a da própria política educacional — afirmou Salomão Ximenes, professor de Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. — O mais impressionante é que o governador contradiz justamente o currículo que ele acabou de implementar, o Currículo Paulista, que, dentro do capítulo de Ciências, voltado a alunos de 13 e 14 anos, visa a trabalhar perspectiva científica da diversidade sexual humana. Não compete ao governador dirigir as diretrizes curriculares, nem como elas são aplicadas pelas escolas.

A Secretaria estadual de Educação informou ontem que a Procuradoria-Geral do Estado ainda não tinha sido notificada. “Quando for, analisará e prestará todos os esclarecimentos”, disse a secretaria, por meio de nota. O órgão afirmou que o governo paulista recolheu o material “por entender que a abordagem ‘ninguém nasce homem nem mulher’ expressa na apostila é equivocada”.

“O mais impressionante é que o governador contradiz justamente o currículo que ele acabou de implementar”

UNIVERSIDADE AINDA É PARA POUCOS

Média de brasileiros com ensino superior fica abaixo da taxa mundial, diz OCDE

PAULA FERREIRA
paula.ferreira@infoglobo.com.br

O Brasil está entre os cinco países com piores taxas de indivíduos com ensino superior entre as 45 nações analisadas em um estudo divulgado ontem pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Como mostra o relatório “Education at a Glance”, que inclui dados educacionais de membros e parceiros da organização, o sistema brasileiro ainda tem muitos desafios para esta etapa educacional, situação que pode se agravar com o atual cenário de penúria nas universidades públicas do país.

O estudo também informa que apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm diploma de ensino superior. E, ainda que neste indicador o Brasil tenha pulado de 11%, em 2008, para 21%, em 2018, o percentual é bem inferior à média dos países da OCDE: 44%. E registra também a pior taxa entre as nações latino-americanas com dados disponíveis, ficando atrás de México (23%), Costa Rica (28%), Colômbia (29%), Chile (34%) — ano de referência diferente de 2018 — e Argentina (40%).

O país com maior índice de pessoas com ensino superior é a Coreia do Sul, onde 70% da

população de 25 a 34 anos chegou à etapa, seguida por Rússia, com 63%, e o Canadá, com 62%.

CORTES AGRAVAM
SITUAÇÃO

Além disso, os dados mostram que o Brasil também está entre os piores no índice de estudantes que conseguem sair da universidade: 67% não concluem o curso no tempo previsto, em média quatro ou cinco anos, índice mais grave do que na média dos países com dados disponíveis, em que 61% estão nessa situação.

Analista de educação da OCDE no Brasil, Camila de Moraes explica que o desafio do país no ensino superior não é simples devido a ciclos educacionais anteriores:

— Observamos pelo Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) que já existe uma deficiência nos resultados do ensino médio. A taxa de conclusão do Brasil nessa etapa também está entre as mais baixas dos países estudados — conclui.

Embora os dados demonstrem a necessidade de expansão do ensino superior do país, o contexto de contingenciamento aponta para o caminho oposto. Em maio, o governo anunciou cortes no orçamento das federais de ensino, e muitas instituições já relatam problemas em seu funcionamento. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, suspendeu serviços de transporte e telefonia para conseguir

manter as atividades.

Ao mesmo tempo, a redução no número de contratos em programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) tem diminuído o acesso a instituições privadas, responsáveis pela maior parte das matrículas no ensino superior no país, ao contrário do que acontece na maioria dos países da OCDE, em que menos de um terço dos estudantes estão nessas universidades.

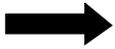
Pesquisador da Unicamp, Leandro Tessler explica que a crise econômica também se reflete em alguns dados, como os relativos à taxa de conclusão, o que pode ser agravado a partir de agora com o arrocho orçamentário.

— A maior parte dos estudantes de ensino superior do Brasil não está na universidade pública e, sim, na privada, então qualquer crise implica em mudanças na taxa de conclusão, porque, mesmo com Fies e Pro uni (Programa Universidade para Todos), os próprios estudantes precisam pagar. Já o contingenciamento que atinge as públicas vai ter efeito daqui a alguns anos. Não existe milagre — argumenta.

CUSTO POR ALUNO

Embora o financiamento do ensino superior tenha crescido, o estudo da OCDE desconstrói uma máxima que vem sendo repetida pelo presidente Jair Bolsonaro desde a campanha eleitoral: ad equo o Brasil investe muito em ensino superior.





Dados mostram que o gasto por aluno é inferior à média dos países da organização. Enquanto o Brasil gastava, em 2016, cerca de US \$14,2 mil por aluno na etapa, os outros investiam, em média, US\$ 16,1 mil.

—Não é verdade falar que o Brasil gasta muito com o ensino superior público. Também é importante a alocação eficiente desses recursos para garantir acesso e equidade e que, uma vez lá dentro, os estudantes estejam aprendendo e se formando—afirma Camila de Moraes, analista da OCDE.

Para o pesquisador Leandro Tessler, comparar gastos entre os ensinos básico e superior é uma “falsa dicotomia”:

—Em todos os países do mundo, mesmo onde o ensino superior é pago, há investimento grande do governo para manter as instituições funcionando.



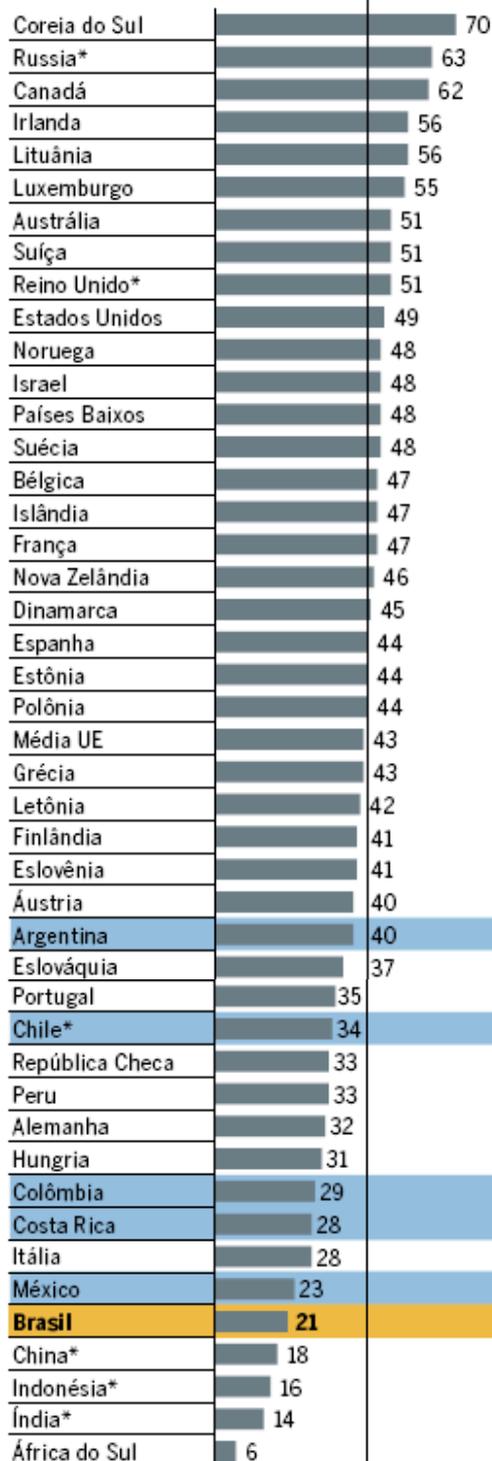


LONGO CAMINHO A PERCORRER

Brasil está abaixo da média mundial nos principais índices de Educação

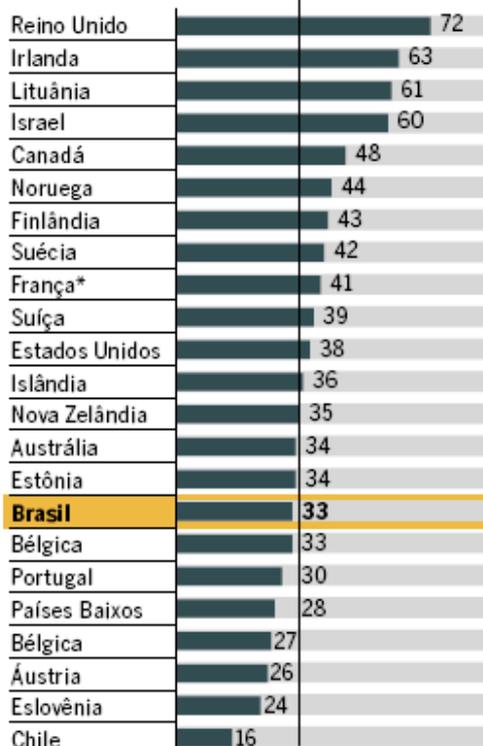
Pessoas de 25 a 34 anos com ensino superior (%)

MÉDIA: 44



Taxa de conclusão no tempo previsto

MÉDIA: 39



67% dos estudantes não conseguem concluir o curso no tempo previsto, em média quatro ou cinco anos. O índice é pior do que a média dos países com dados disponíveis sobre conclusão, onde 61% estão nessa situação

O Brasil tem a pior taxa entre os países da América Latina com dados disponíveis, ficando atrás de **México, Costa Rica, Colômbia, Chile e Argentina**

Apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm diploma de ensino superior. O percentual é bem inferior à média dos países que compõem a OCDE

* Dados de 2018, com exceção dos países marcados

Em meio a cortes, Brasil tem número baixo de pós-graduados

Enquanto país tem apenas 0,8% de mestres, a média geral é de quase 13%

Dados do relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostraram também que o Brasil ainda está engatinhando em números de pós-graduação. Segundo o estudo, entre as 35 nações com dados sobre o tema, o país tem a quarta menor taxa de pessoas entre 25 e 64 anos com doutorado. Enquanto por aqui o índice é de 0,2% de população, a média dos países é 1,1%, quase seis vezes maior.

A situação também é crítica em relação aos mestres: enquanto o Brasil tem apenas 0,8% das pessoas de 25 a 64 anos com mestrado, a média dos outros países é de 12,7%.

Com os cortes anunciados também no orçamento de dois importantes órgãos de fomento à pesquisa, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a situação pode se agravar.

Segundo Salomão Ximenes, especialista em ensino superior, a pós de alto nível, com desenvolvimento científico, exige investimento massivo:

— Se a educação superior em geral perde, a pós praticamente se inviabiliza. (P. F.)

POUCOS ALUNOS COM PÓS

Brasil forma menos mestres e doutores do que a média mundial

Mestrado

Rússia	29,3
Polônia	23,5
Luxemburgo	22,5
Estônia	21,3
Eslováquia	20,3

MÉDIA DA OCDE 12,7

África do Sul	0,9
Brasil	0,8
Indonésia	0,8
China	0,4
Arábia Saudita	0,1

Doutorado

Eslovênia	3,8
Suíça	3,2
Luxemburgo	2,2
Estados Unidos	2
Suécia	1,6

MÉDIA DA OCDE 1,1

Rússia	0,3
Brasil	0,2
México	0,1
Costa Rica	0,1
Indonésia	0

Cortes na educação sinalizam retrocesso

BALANÇO

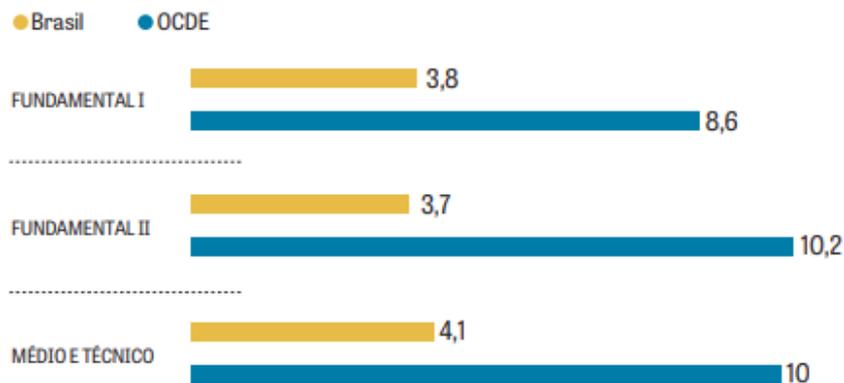
Paula Cristina
São Paulo
paulacs@dci.com.br

● Ainda que o Brasil destine 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) para educação – taxa superior à média mundial – o investimento público por aluno fica bem abaixo dos países desenvolvidos. Com os cortes promovidos pelo governo no setor, especialistas falam em retrocesso nos avanços conquistados desde os anos 1990.

Um relatório divulgado ontem (10) pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta justamente esse paradoxo: ao mesmo tempo em que o País destina 4,2% do PIB para a educação – enquanto a média mundial é de 3,2% – a destinação de recursos por aluno – nos níveis bá-

SALA DE AULA

Custo anual por aluno no Brasil e na média da OCDE ▶ Em US\$



FONTE: ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

sico, fundamental, médio e técnico – deixa muito a desejar (*veja mais no gráfico*).

De acordo com Camila de Moraes, analista de educação da OCDE, o baixo custo por aluno no Brasil está relacionado aos baixos salários pagos a estes profissionais no país.

O estudo aponta que o salário médio dos professores no Brasil é menor do que na maioria dos países da OCDE, e que também é ao menos 13% menor do que o salário médio dos trabalhadores brasileiros com ensino superior. Enquanto um professor do ensino fun-





damental ganha cerca de US\$ 22,5 mil por ano, a média dos 36 países analisados pela OCDE pagam cerca de US\$ 36,2 mil em doze meses.

Ensino superior

No ensino superior a situação também é problemática. Só 18% dos adultos possuem ensino superior completo, enquanto a média mundial fica em 39%. Vale ressaltar, no entanto, que na última década o Brasil passou de 11% de formados na faculdade para os atuais 21% entre os jovens de 25 a 34 anos. “Fizemos avanços importantes na última década, com uma política forte de inclusão, mas toda sinalização que temos agora é de endurecimento dessas políticas tirando boa parte dos alunos de renda inferior da corrida pelo diploma”, avalia o gestor de políticas públicas e professor da Universidade Federal do ABC, Sérgio Santanna.

Além da redução dos recursos públicos para financiamento dos cursos de graduação, outra preocupação diz respeito ao financiamento de pesquisa. Recentes cortes nas bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) resultaram milhares de bolsas interrompidas.

Segundo a OCDE só 0,8% da população brasileira tem mestrado, contra 14,3% na média dos países pesquisados. Quando avaliado o doutorado o Brasil tem 0,1% ao passo que a média é de 0,8%.

“Ainda que nosso volume de pesquisadores seja baixo, o nível de atividade é extremamente relevante para o País. Grande parte dos avanços e entendimentos que o Brasil tem sobre a vírus como a Zika e os desdobramentos da microcefalia estão associados à pesquisadoras financiadas pelo governo. Destinar dinheiro para pesquisa não é gasto, é investimento”, completa o acadêmico.

Fenômeno raro

Hélio Schwartsman

O fenômeno é relativamente raro, mas, de vez em quando, Jair Bolsonaro acerta. É o caso da medida provisória que cria uma carteira de estudante digital, a ser concedida gratuitamente pelo MEC a todos os alunos de cursos regulares e que garante o benefício da meia-entrada.

Bolsonaro, como todos sabemos, não é o mais kantiano dos mortais, daí que seria demais esperar que ele tome a decisão certa pelas razões certas. A motivação principal para a mudança nas carteirinhas não foi facilitar a vida dos estudantes, mas privar a União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades discentes, tradicionalmente ligadas a partidos de esquerda, do monopólio de emissão do documento.

Não estamos falando de pouco dinheiro. Existem no Brasil 48,6 milhões de estudantes, 21,5 milhões dos quais do ensino médio para cima, isto é, com mais interesse nos descontos proporcionados pela meia-entrada. A UNE e suas consorciadas cobram R\$ 35 mais o frete por carteirinha. Quem fizer as contas verá que os lucros potenciais são astronômicos.

Carteirinha de estudante do governo Bolsonaro - Reprodução

E a questão central é que, embora as entidades estudantis desfrutem dessa verba fácil há anos, primeiro devido a regulamentações locais e, desde 2013, por força da lei nº 12.933, o monopólio nunca fez sentido. Foi muito mais a forma que diferentes governos encontraram para comprar a docilidade do movimento do que um arranjo em favor do interesse público.

Se a UNE e outras entidades querem pegar dinheiro dos estudantes, devem convencê-los de que exercem atividades relevantes o bastante para justificar contribuições voluntárias e não com um programa de descontos em atividades culturais que nem sequer negociaram, mas que são impostos por lei a empresários.

E, já que estamos discutindo interesse público, é o caso de questionar a própria existência da meia-entrada, um gigantesco sistema de subsídios cruzados cuja lógica está por ser mostrada.

Hélio Schwartsman
Jornalista, foi editor de Opinião.
É autor de "Pensando Bem...".

Justiça manda Doria devolver a alunos apostilas recolhidas

Angela Pinho

SÃO PAULO A Justiça determinou que sejam devolvidas em até 48 horas aos alunos da rede estadual de São Paulo apostilas recolhidas na semana passada por ordem do governador João Doria (PSDB).

A decisão liminar (provisória) atende a pedido formulado por um grupo de professores em ação popular protocolada nesta terça (10). Cabe recurso.

Em seu despacho, a juíza Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro cita possíveis danos ao erário e aos alunos em decorrência do confisco.

A medida foi anunciada na semana passada por Doria em rede social, sob o argumento de que o material didático fazia “apologia à ideologia de gênero”, antes de qualquer publicação em diário oficial.

Para a magistrada, “a ausência de publicação de ato administrativo fundamentado acerca do recolhimento do material gera nulidade insanável”.

Ela lembra ainda que o material recolhido tem conteúdo de diversas matérias, como mostrou a **Folha**, e já estava sendo usado nas escolas.

Navarro afirma ainda que “a lesão ao patrimônio público e ao erário estão suficientemente demonstradas, eis que o caderno foi distribuído a todos os alunos da rede pública (cerca de 330 mil apostilas), com evidentes custos aos cofres estaduais, após regular aprovação dos órgãos estatais responsáveis”. Em caso de descumprimento da ordem, o estado estará sujeito a multa.

Além da devolução do material, a juíza determina que as apostilas já recolhidas não sejam destruídas. Na semana

passada, a Secretaria da Educação havia informado que elas ficariam armazenadas até que uma comissão constituída para avaliá-las desse o seu parecer.

Assinam a ação, movida com apoio do Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu), os professores Salomão Ximenes, da UFABC (Universidade Federal do ABC); Ana Paula de Oliveira Corti e Leonardo Crochik, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Romualdo Portela, da Faculdade de Educação da USP; Débora Cristina Goulart, da Unifesp (federal de São Paulo); e Maria Carla Corrochano, da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos).

Eles argumentam que a medida do governador configura ato de censura.





O material recolhido reproduz conteúdo do Ministério da Saúde, que diz: “A identidade de gênero refere-se a algo que não é dado e, sim, construído por cada indivíduo a partir dos elementos fornecidos por sua cultura”. A apostila não fala em “ideologia de gênero”.

Em nota nesta terça, a Secretaria de Educação afirma não ter sido notificada da decisão judicial. A pasta diz que não há censura e que o governo recolheu o material “por entender que a abordagem ‘ninguém nasce homem nem mulher’ expressa na apostila é equivocada por não apresentar fundamentação científica”.

“A Secretaria de Educação pauta as suas ações por respeito à diversidade e pelo conhecimento adquirido através da ciência e da pesquisa”, conclui a nota.

Só 0,8% dos adultos brasileiros têm mestrado

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

O volume de brasileiros com pós-graduação no Brasil é bastante inferior ao registrado em países ricos, de acordo com relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O diagnóstico é divulgado no momento em que o país debate decisões do governo Jair Bolsonaro (PSL) sobre a área. A gestão do presidente já cortou neste ano 12% das bolsas de pesquisa e reduziu pela metade o orçamento de 2020 da Capes, agência de fomento ligada ao Ministério da Educação.

A OCDE, que reúne países desenvolvidos, divulgou nesta terça-feira (10) a edição 2019 do Education at a Glance. O relatório traz comparações internacionais sobre estrutura, finanças e desempenho de sistemas educacionais de 46 países membros

da organização e também de nações parceiras, como o Brasil.

Ele mostra que apenas 0,8% das pessoas de 25 a 64 anos no Brasil concluíram o mestrado. A média dos países membros da OCDE é 16 vezes maior: 13% das pessoas nessa faixa etária têm mestrado.

A própria OCDE faz uma ressalva sobre a comparação com a média de países ricos, uma vez que os bacharelados no Brasil tendem a ser mais longos do que seus equivalentes na Europa ou na América do Norte.

Na Europa, por exemplo, é possível em muitas universidades concluir um mestrado integrado à graduação em um período de cinco anos.

No entanto, o índice brasileiro só é maior do que o da China (que não tem dados sobre doutorado) e da Arábia Saudita. Indonésia tem o mesmo percentual do Brasil, que é

superado por países como México, Chile e Costa Rica.

No doutorado, a diferença é de 5,5 vezes. Apenas 0,2% dos adultos alcançaram o doutorado. A média da OCDE é 1,1%.

Nessa etapa, o Brasil supera Costa Rica, México e Indonésia, mas fica atrás de países como a Polônia e Grécia.

Os gastos com instituições públicas de ensino superior, que concentram 80% dos estudantes de mestrado e doutorado, aumentaram 19% entre 2010 e 2016, segundo o relatório. Mesmo com o salto, o gasto calculado por aluno ainda é inferior ao da média da OCDE.

No Brasil, o gasto por aluno é de US\$ 14.200 (R\$ 58 mil), contra uma média de US\$ 16.100 (R\$ 66 mil). Os valores em dólar refletem o conceito de paridade de poder de compra, que leva em conta o que é possível adquirir com a moeda no





país.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem reafirmado que as universidades federais representam gastos exagerados para os cofres públicos, principalmente, segundo ele, com a comparação com o que se investe na educação básica.

As universidades federais sofrem neste ano um bloqueio de orçamento de R\$ 2,2 bilhões, referente a 30% dos recursos discricionários (que excluem salários, por exemplo). O congelamento do MEC é de cerca de R\$ 6 bilhões e atinge ações que vão da creche à pós-graduação.

Weintraub já afirmou que o ensino superior privado é a prioridade do governo na busca pela expansão de vagas. O setor concentra 75% das matrículas da etapa, o que não ocorre nos países ricos.

Segundo o relatório da OCDE, menos de um terço dos estudantes estão em instituições particulares na maioria dos países da OCDE.

O predomínio de instituições privadas pagas e o número limitado de vagas em instituições públicas gratuitas criam, segundo o relatório, "um ambiente complexo para os formuladores de políticas que

buscam garantir que o acesso ao ensino superior não seja prejudicado pelo status socioeconômico dos estudantes".

O documento também indica maior precariedade da oferta em instituições particulares de ensino superior brasileiras. Em 2017, as instituições privadas do país registravam uma média de 42 alunos por professor.

É a maior proporção entre todos os países avaliados e mais de 2,5 vezes a média dos países ricos (16 alunos por professor).

Já a proporção de alunos por docente nas universidades públicas do país é de 11, um dos menores índices entre todos os países analisados. Também é inferior ao da média da OCDE, de 15 (quando se analisa apenas instituições públicas).

O relatório ressalta que essa diferença pode ser explicada, pelo menos parcialmente, pelo fato de as universidades públicas do Brasil realizarem a maior parte da pesquisa no país, "exigindo, portanto, mais pessoal acadêmico", afirma o texto.

O país tem a 5ª pior taxa de pessoas com ensino superior completo. Apenas 21% dos

brasileiros de 25 a 34 anos têm diploma universitário, índice inferior a países como México (23%), Costa Rica (28%) e Colômbia (29%). A média da OCDE é de 44%.

Com relação à educação básica, o estudo da OCDE conclui que o Brasil tem um gasto por aluno menor que a metade do de países ricos.

Comparações recorrentes que relacionam o percentual do PIB (Produto Interno Bruto) investido com educação não levam em conta os valores per capita —o próprio ministro Weintraub tem usado esse argumento para afirmar que o Brasil tem orçamento suficiente para a educação.

Em 2016, o país gastou cerca de US\$ 3.800 (R\$ 15 mil) por aluno do ensino fundamental, contra uma média da OCDE de US\$ 8.600 (R\$ 35 mil). No ensino médio, o gasto brasileiro por aluno é de US\$ 3.700 (R\$ 15 mil), quase três vezes inferior à média de países ricos, que registram US\$ 10.200 (R\$ 42 mil).

A baixa remuneração dos professores brasileiros, que geralmente representam a maior parcela dos investimentos em educação, é o que tem maior ligação com os reduzidos investimentos por





aluno, de acordo com o relatório. Os ganhos de um professor de ensino médio no Brasil são 48% inferiores aos da média da OCDE.

O Education at a Glance mostra outros desafios de inclusão que também exigem investimentos no setor.

Apenas 8% dos jovens que se formaram no ensino médio haviam tido acesso à educação profissional no Brasil, o segundo pior índice entre os países avaliados. A média da OCDE é de 40%.

Os indicadores de educação infantil também são inferiores à média dos países ricos, embora tenha havido avanço nos últimos anos. A proporção de crianças de até três anos matriculadas em creche passou de 10%, em 2012, para 23% em 2017, segundo os dados apurados pela OCDE. Na média dos países ricos, esse percentual é de 36%.

Já as matrículas na pré-escola (de três a cinco anos) evoluíram nos últimos e chegaram perto do nível da OCDE. As taxas de escolaridade nesta idade passaram de 60%, em 2012, para 84% em 2017 — a média da OCDE é de 87%.

Educação / OCDE

Pós-graduação

Doutorado*

% de pessoas de 25 anos a 64 anos com o título de doutorado ou equivalente

Maiores índices ↑

	%	
Eslovênia	4	
Suíça	3	
Luxemburgo	2	
EUA	2	
Suécia	2	

Menores índices ↓

	%	
Rússia	0,3	
Brasil	0,2	
Costa Rica	0,1	
México	0,1	
Indonésia	0,0	

Média OCDE 1,1%

Mestrado*

% de pessoas de 25 anos a 64 anos com o título de mestre ou equivalente

Maiores índices ↑

	%	
Rússia	29	
Polônia	23	
Luxemburgo	22	
Estônia	21	
Eslováquia	20	

Menores índices ↓

	%	
África do Sul	0,9	
Brasil	0,8	
Indonésia	0,8	
China	0,4	
Arábia Saudita	0,1	

Média OCDE 13%

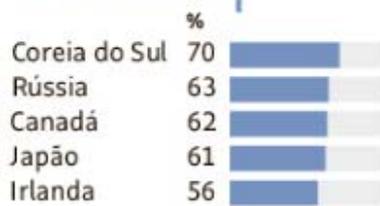




Ensino superior

% de pessoas de 25 anos a 34 anos com ensino superior

Maiores índices ↑



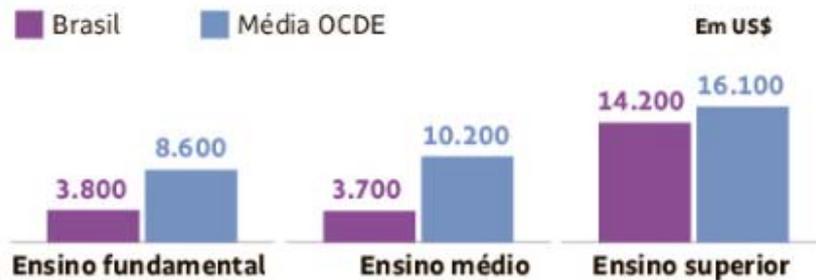
Menores índices ↓



Média OCDE 44%

Gastos por aluno**

Em dólares convertidos pela paridade do poder de compra



Inclusão****

Em %



*Dados de 2018 **Dados de 2016 ***Dados de 2017
Fonte: Education at a Glance 2019/OCDE

Protesto contra cortes na Capes

Coordenadores de pós-graduação de universidades brasileiras realizaram um abraço coletivo, na tarde de ontem, no edifício-sede da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes), em Brasília, para protestar contra os cortes de verba para a entidade. A mobilização contou com cerca de 100 pessoas. Levantamento divulgado no início do mês apontou que 5.613 bolsas foram congeladas em todo o país. No Distrito Federal, foram 100 e no Centro-Oeste, 343. A região mais afetada foi o Sudeste, com 2.918. São Paulo lidera o número de congelamento com 1.673.

TCDF suspende licitação de R\$ 96 mi para compra de uniformes escolares



Conselheiros deram prazo de 10 dias para que Secretaria de Educação corrija irregularidades apontadas por representação de distrital

CAIO BARBIERI
caio.barbieri@metropoles.com

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) decidiu, nesta terça-feira (10/09/2019), suspender de forma cautelar a licitação de R\$ 96,5 milhões da Secretaria de Educação do DF que previa a contratação de empresa para confecção e distribuição de kits de uniforme escolar para estudantes da rede pública de ensino.

De forma unânime, os conselheiros estabeleceram um prazo de 10 dias para que a pasta corrija falhas apontadas no edital ou apresente justificativas, caso decida manter os itens inalterados.

Ao analisar o edital, o plenário da Corte verificou irregularidades na descrição das roupas e calçados a serem comprados. Segundo o tribunal, o Termo de Referência não traz, por exemplo, a quantidade de alunos dos sexos masculino e feminino, nem destaca as idades, tamanhos e numeração das peças.

O edital também não deixa claro se o kit será entregue a cada aluno ou à secretaria responsável. O Tribunal de Contas detectou, ainda, falhas que “comprometem a competitividade e a possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas à administração pública”.

A decisão desta terça-feira lista nove alterações a serem realizadas para adequação do edital. Entre elas está a correta especificação dos uniformes a serem adquiridos; a revisão da estimativa de preços e de quantidades a serem adquiridas; a adequada definição do local de

entrega dos materiais; e a divisão do objeto licitado em lotes.

Representação

A decisão dos conselheiros é resposta à representação de autoria do deputado distrital Leandro Grass (Rede), protocolada no dia 29 de agosto. Na peça, o parlamentar indicou possíveis ilegalidades no edital de licitação.

A argumentação do distrital contesta, ainda, a forma de compra de uniformes e calçados proposta pelo GDF. “Essa contratação por lote único, além do valor exorbitante, prejudica os fornecedores locais, já que as exigências impõem a participação de grandes empresas, que dificilmente estarão no DF. Este governo despreza o contexto do comércio local. É um edital com tênis e roupa no mesmo item. Tem algo muito estranho nessa licitação e nós vamos descobrir”, detalhou o deputado.

Para o parlamentar, é preciso avaliar o risco de grave lesão ao interesse público, na medida em que a competitividade se mostra restrita a grandes empresas. “Entendo que é obrigação do Estado fornecer o uniforme escolar para os alunos. Mas qualquer processo de compra deve ser revestido de legalidade e transparência”, completou.

Procurada, a Secretaria de Educação ainda não se posicionou sobre a decisão do TCDF.



MEC fará repasse para iniciar atendimento em hospital da Unesp

Por Mariana Tokarnia -
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Ministério da Educação (MEC) vai liberar, até o fim deste ano, R\$ 900 mil, divididos em três parcelas de R\$ 300 mil, para o Hospital Universitário 2 (HU2) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, os recursos viabilizarão o início dos atendimentos no hospital.

Com 16 mil metros quadrados (m²) de área construída, o HU2 tem 16 andares, onde funcionarão seis salas cirúrgicas, 120 consultórios, 25 leitos de internação e sete de recuperação pós-anestesia. De acordo com a Unifesp, trata-se de um importante espaço para a formação dos residentes

médicos e multiprofissionais da universidade.

O hospital fará atendimentos à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

De 2015 até o ano passado, foram investidos R\$ 65 milhões na construção e na compra de equipamentos. O hospital ficou pronto, mas ainda não começou a funcionar.

“Faltava um investimento final para o início das atividades, que acabou de ser viabilizado. São R\$ 900 mil e, com isso, o HU2, vai poder iniciar o atendimento. Parabéns ao pagador de imposto, a gente vai ter mais um hospital em funcionamento, mais atendimento para você que está aí pagando por tudo isso”, afirmou Weintraub, que participou hoje (10) de

encontro com superintendentes de hospitais universitários da Rede Ebserh - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Os recursos serão provenientes do orçamento da Ebserh, que é uma empresa pública vinculada ao MEC. “São recursos que a Ebserh vai colocar de volta para o MEC”, explica o presidente da empresa, Oswaldo Ferreira. “Como já estavam alocados em ações orçamentárias da Ebserh, serão disponibilizados para a secretaria correspondente [do MEC], para poder cumprir a tarefa de fazer funcionar um hospital.”

De acordo com a Unifesp, o HU2 funcionará em colaboração e parceria permanentes com o Hospital São Paulo e com a Escola Paulista de Medicina e Escola Paulista de Enfermagem.